

## DISCIPLINA E INVENÇÃO\*

---

---

---

---

---

MARIANA ALBUQUERQUE DANTAS\*\*

COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)*. Teresina: EDUFPI, 2015. 405p.

Os estudos voltados às populações indígenas do Nordeste vêm ganhando visibilidade em função do aumento no volume e da qualidade dos trabalhos apresentados nas universidades da região e fora dela (SILVA, 2005; LOPES, 2005; MAIA, 2010; SILVA, 2008; XAVIER, 2015; OLIVEIRA, 2011).

Esse impulso acompanha as transformações nos campos político e institucional, pautadas principalmente pela intensa atuação dos próprios indígenas na elaboração de leis e políticas públicas, como bem já ressaltou Monteiro (1995). O livro de João Paulo Peixoto Costa se insere nesse movimento de conexão entre os debates acadêmicos e os contextos contemporâneos das populações indígenas do Nordeste, sendo direcionado para temas e período ainda pouco visitados pelos historiadores.

Nesse livro, inicialmente elaborado como dissertação de mestrado em História, João Paulo Peixoto orienta sua análise para as relações entre o governo de Manuel Ignacio Sampaio e os grupos indígenas do Ceará, entre os anos de 1812 e 1820. Apesar da abundância de fontes sobre o período, a atuação de Sampaio e a reação dos indígenas têm sido pouco estudadas na historiografia, motivo pelo qual João Paulo Peixoto decidiu se dedicar à análise dessas questões. Além de trabalhar de maneira cuidadosa com o amplo corpo documental ao qual teve acesso, o autor elabora, ao longo de todo o texto, conexões entre as aldeias estudadas no século XIX e as áreas atualmente reconhecidas ou em processo de reconhecimento enquanto Terras Indígenas pelo Estado brasileiro (p. 29). Com isso, o autor não deseja estabelecer uma linha de continuidade ininterrupta entre os indígenas do Oitocentos e os contemporâneos, mas conseguir o

---

\* Recebido em: 11.09.2016. Aprovado em: 16.10.2017.

\*\* Doutora em História pelo PPGH/UFF. Professora na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

efeito argumentativo de demonstrar a ocupação histórica desses espaços por grupos populacionais muito específicos. Para isso, o autor também faz a interface de cartas topográficas produzidas na época e mapas atuais do estado do Ceará, criando uma narrativa espacial.

O período analisado foi marcado pelo projeto desenvolvido pelo governador Sampaio de civilização e normatização da capitania do Ceará, na tentativa de inseri-la de maneira mais ativa no contexto ultramarino do Império português (p.33). O autor aponta como as ações de Sampaio tiveram o objetivo de desenvolver economicamente a região, tendo como base principal a produção de algodão, a partir de parâmetros iluministas de controle e disciplinamento da população (p. 84). Nesse sentido, as populações indígenas se tornaram o objeto central da política de Sampaio, pois o controle cotidiano desses grupos levaria a sua civilização e, por consequência, ao desenvolvimento da região (p.122). João Paulo Peixoto consegue, assim, relacionar as diferentes partes do domínio lusitano e lançar a capitania do Ceará em um contexto mais amplo.

O livro está dividido em quatro capítulos, nos quais o autor esmiúça a política do governador Sampaio, bem como a reação das populações indígenas. No primeiro foi elaborado um panorama abrangente sobre a capitania do Ceará, embasado principalmente em três textos produzidos por pessoas com funções e atuações diferentes na região. A intenção, segundo o autor, é analisar “a construção simbólica e discursiva deste Ceará estigmatizado como objeto pré-construído, cuja imagem de ruína e decadência aparentava evidente e perfeitamente natural” (p.47). No mesmo capítulo, é feita uma distribuição geográfica da população indígena localizada em aldeamentos e vilas (p.60) que, não obstante ter uma função didática de grande importância para o leitor, poderia ajudar mais na compreensão das relações entre índios e não índios, no que se refere principalmente ao uso das terras coletivas e ao trabalho indígena. Isso seria possível através do cruzamento das informações contidas nos três relatos citados com documentos da administração das aldeias, tais como relatórios dos diretores ou de outras autoridades locais, como juizes, ouvidores, etc.

Nos dois capítulos seguintes, o autor aprofunda sua análise sobre a política desenvolvida por Manuel Ignacio de Sampaio para o Ceará, sendo um deles voltado para o projeto de civilização percebido de maneira mais abrangente, e o outro centralizado na necessidade de disciplinamento dos indígenas. No capítulo intitulado “civilização”, João Paulo Peixoto descreve as realizações de Sampaio em toda a capitania, com destaque para o desenvolvimento urbano de Fortaleza e o impulso econômico alcançado com a intensificação da produção algodoeira (p. 83). Um dos pontos centrais dessa política foi o controle populacional realizado através da produção de mapas demográficos e da atuação efetiva sobre os indivíduos por meio de recrutamentos obrigatórios, da política de passaporte e do combate à “vadiagem”. Nesse governo, entendia-se que “somente por meio de uma constante vigilância e do recrudescimento das práticas disciplinares, que a população poderia ser gerida, controlada e civilizada” (p. 88). Para os indígenas, essa política de controle foi particularmente rígida, tendo sido alicerçada no Diretório dos Índios de 1757 que, ao contrário do que afirma o autor (p.118), continuou com efeitos legais em várias regiões do Brasil até 1822, quando foi revogado pelo Imperador (SAMPAIO, 2009).

No quarto capítulo, também dedicado à política de Manuel Sampaio, há um debate maior sobre as estratégias de disciplinamento da população indígena. Nesse momento, o autor realiza uma boa análise sobre as ações de combate à “vadiagem”,

ou seja, de enfrentamento à dispersão dos grupos indígenas que circulavam, até aquele momento, sem impedimentos pela capitania. O trabalho, então, passa a ser visto como um instrumento essencial para combater a circulação livre dos indígenas e, assim, atingir o desenvolvimento material do Ceará e a sua conseqüente civilização. Diante das informações das fontes analisadas, João Paulo Peixoto contribui de maneira significativa para o debate sobre a importância do uso da mão de obra indígena no século XIX criticando, portanto, a ideia de que a política indigenista desse período seria voltada apenas para o problema das terras dos aldeamentos, que foram sendo extintos de acordo com a legislação em vigor a partir da década de 1850 (p. 185). Ao mesmo tempo em que exigia o bom tratamento aos indígenas por parte de seus diretores e autoridades locais, Sampaio estimulava o recrutamento obrigatório para funções militares, como ocorreu com os índios de Monte-mor o Novo, Soure, Arronches e Mecejana, deslocados para combater os rebeldes da Insurreição de 1817 em Pernambuco, e também para enfrentar os índios Pajaú, localizados ao sul da capitania (p. 227-231). Manuel Sampaio também inovou ao dispor da mão de obra indígena no “Correio do Norte”, que tinha como objetivo, através da distribuição eficaz de correspondências, agilizar a comunicação e o comércio entre o Ceará e as demais capitanias do Norte. Com o objetivo correlato de controlar e disciplinar, os indígenas foram escolhidos pelo governador como encarregados de realizar esse serviço, devendo para isso ser bem tratados e pagos pontualmente. O governador entendia que o sucesso do seu novo empreendimento dependia muito da colaboração dos índios designados (p. 253-7).

Finalmente, no último capítulo, o autor focaliza seu trabalho de análise sobre as “diversas possibilidades de ações perpetradas por índios”, demonstrando a “inventividade dos povos indígenas” em face das políticas governamentais do período (p. 273). Entre as reações indígenas, foram identificados a fuga das aldeias, o entusiasmo no caso da participação nos conflitos iniciados com a Insurreição de 1817, a negação da identidade étnica enquanto tática e a produção de requerimentos individuais ou coletivos. Nessa parte do livro fica evidenciada a opção do autor de reunir no último capítulo a abordagem mais sistematizada sobre as diversas formas de atuação dos indígenas, ao invés de tratá-las ao longo de todo o texto. Ainda que exista a proposta declarada de estudar as apropriações indígenas, as transformações elaboradas por eles mesmos a partir do contato com missionários, colonos e autoridades portuguesas, as oposições destacadas na análise, tais como disciplina e invenção, lugar e não-lugar (p. 272-3) mais atrapalham do que ajudam na compreensão das relações interétnicas estabelecidas no período. Apesar do esforço analítico do autor em elencar estudiosos sobre sociedade disciplinar, processo civilizador, construção de identidades étnicas, entre outros, o trabalho teria muito a ganhar com uma abordagem mais cuidadosa sobre os conceitos de cultura e identidade coletiva enquanto produtos históricos, debate já consolidado nos estudos que levam em consideração o diálogo entre Antropologia e História. Com isso, teria sido possível escapar das armadilhas relacionadas à ideia de oposição entre um certo tradicionalismo inerente às culturas indígenas e a característica dominante, quase inescapável, dos modos de vida não indígenas.

Não obstante, o livro representa uma contribuição importante para os debates sobre o ainda pouco estudado século XIX e suas várias mudanças políticas e institucionais. O autor evidencia de maneira significativa a questão do uso da mão de obra indígena em diversas atividades no Ceará oitocentista, demonstrando uma visão crítica sobre alguns pressupostos consolidados relativos à temática e ao período. Além disso, a

obra permite acompanhar a ativa participação de grupos indígenas nas esferas política, administrativa, militar e econômica da capitania do Ceará, contribuindo na elaboração de uma panorama mais complexo do Brasil, bem como na percepção dos muitos diálogos entre os espaços coloniais e o centro do império ultramarino português.

#### Referências

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da Liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MAIA, Légio J. De O. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial (Século XVIII)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MONTEIRO, John. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís Donizete G. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC; Mari: USP, 1995. p. 221-228.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

SAMPAIO, Patrícia. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

SILVA, Edson Hely. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas: Pontes Editores, 2005.

XAVIER, Maico Oliveira. *Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do Império do Brasil – Trabalho, terras e identidades indígenas em questão*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.